

CEDI - P. I. B.
DATA 29/09/87
COD. 0LD07



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CIMI - REGIONAL NORDESTE.

Cx. Postal 13 - Paulo Afonso - BA - CEP. 42.600
TEL. (075) 281-1268

SITUAÇÃO KAIMBE

Retrospectiva dos fatos

- Dia 12 de dezembro de 1985, o indivíduo conhecido pelo cognome de Zé Crioulo, dá início ao desmatamento de uma área situada dentro dos limites identificados pela FUNAI, como reserva indígena. Os índios comunicaram ao chefe do posto e este, via rádio a ajudância de Paulo Afonso. Como nenhuma iniciativa fosse tomada por parte da FUNAI e o tempo passando, os índios se deslocaram até Paulo Afonso.
 - No início de janeiro, os índios Silvino, Maroto e Martins, chegam a Paulo Afonso para denunciar ao chefe da ajudância regional os acontecidos na área KAIMBE. Devido ao clima de violência como foi iniciado o desmatamento, os índios só admitiam voltar para a área acompanhados da polícia.
 - A ajudância da FUNAI só consegue acompanhar a Polícia Federal no dia 16 de janeiro. Já no dia 14 deste mês, um outro pretense fazendeiro, conhecido por Dr. Ari, colocou seu trator numa área conhecida como "Ilha" onde os índios mantinham roças, destruindo 26 plantações dos índios, além de queimarem e derrubarem sete casas e expulsar uma família indígena que ocupava uma casa da pretensa fazenda do Dr. Ari.
 - Ao chegar no local a Polícia Federal procurou a casa sede da pretensa fazenda, onde estavam seus empregados responsáveis pela queima e derrubada das casas.
 - Os empregados do Dr. Ari reagiram à bala, atingindo o delegado da P.F. na boca. Foi pedido reforço em Salvador para deter os agressores.
 - Abriu-se inquérito para apurar os fatos e até hoje não se sabe dos resultados. O pistoleiro ferido quando do confronto com a Polícia Federal, já está na região. Solto.
 - Outro pistoleiro conhecido como Manoel Gago, que se diz protetor das terras do Dr. Oliveira Brito, está perseguindo o índio Juvenal, filho de Silvino. Acusa o rapaz de denunciá-lo a P.F.
 - Os índios denunciam ainda que o Dr. Ari teria dito que assim que a P.F. fosse embora, voltaria para se vingar. Dito e feito. Dia 26 de março, chegaram as máquinas de Zé Grilo. Dia 30 começaram a colocar madeira para cercar a área desmatada. Com as máquinas, muitos jagunços. No mesmo dia 30, Dr. Ari, através de seus jagunços, destrói o que havia restado das roças dos índios na ILHA. Os índios sequer podem chegar perto, pois a ordem é atirar em quem se aproximar.
- Mais uma vez à falta de eficácia nas ações da FUNAI, no que concerne à identificação e demarcação dos territórios indígenas, deixa margem para ações violentas contra os índios.
- A reserva indígena KAIMBE foi identificada em 84; limites e nomes de invasores, até hoje nenhuma atitude concreta foi tomada para solucionar a situação das terras KAIMBE. A impunidade dos agressores, contribui decisivamente para novas ações violentas, visto que, mesmo um vaqueiro que atirou na P.F., já se encontra solto e disposto a atirar novamente.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CIMI - REGIONAL NORDESTE.

Cx. Postal 13 - Paulo Afonso - BA - CEP. 48.600
TEL. (075) 281-1268

702

Neste clima de violências e ameaças, os índios encontram-se impossibilitados de plantar e mesmo circular no lugar onde nasceram, cresceram e enterraram seus mortos. Caso nenhuma atitude seja tomada, infelizmente poderemos prever mais mortes indígenas este ano.

SITUAÇÃO KIRIRI

Retrospectiva:

- A demarcação da reserva Kiriri foi concluída em 1982, nesse período com o apoio da Polícia Federal, devido as pressões exercidas pelos fazendeiros e posseiros locais. Nesse tempo, um grande número de posseiros ocupantes da área indígena, apesar dos encaminhamentos feitos pela FUNAI/INTERBA, não ocorreu a efetiva desocupação do território Kiriri.

- Em 1983, os índios cansados de esperar e de ouvir promessas, ocuparam a fazenda PICOS, dentro da reserva demarcada, que depois de posterior negociação com seu proprietário, Artur Miranda, veio a ser de posse indígena, desafogando assim em parte, a situação de fome de várias famílias da comunidade da Lagoa Grande.

- Em 1984, foi assassinado o índio José Carvalho, depois de novas exigências dos índios por mais terras. O assassinato brutal de Zezito Kiriri, como era conhecido, em plena feira de Mirandela, deixou claro as intenções dos invasores das terras KIRIRI e a impossibilidade de uma convivência entre os índios e os assassinos de seu irmão Zezito.

- A impunidade dos assassinos de Zezito, apesar de denunciados em inquérito da P.F., pelo menos por 10 pessoas, gerou ainda mais violências. Houve várias destruições de roças e agressões a tiros e físicas contra os índios.

- No início deste ano, após uma reunião em 16/1 em Salvador, que envolveu MIRAD, INTERBA, FUNAI e a Igreja, deu-se início ao levantamento de benfeitorias dos invasores da área Kiriri.

Neste momento, é fundamental a continuidade destes trabalhos, até se chegar a um total levantamento dos ocupantes da área indígena, com indenizações e benfeitorias, reassentamento de posseiros e justiça para os agressores dos índios Kiriri.

SITUAÇÃO PANKARARÉ

Retrospectiva:

- Janeiro 84 - Autodemarcação dos índios
- Fevereiro/85 - Demarcação da FUNAI, amplie a área autodemarcada pelos índios.

- Abril 85 - Derrubada dos marcos e placas colocadas pela FUNAI para delimitação da área indígena.

- Maio 85 - Queima do PORO Pankararé, dentro da aldeia. PORO-ca se sagrada

- Junho 85 - Visita a área do Presidente da FUNAI, Gerson Alves que após reunião com a Igreja, Sindicato e índios, propõe a criação de um grupo de trabalho para estudar uma solução.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CIMI - REGIONAL NORDESTE.

Cx. Postal 13 - Paulo Afonso - BA - CEP. 48.600
TEL. (075) 281-1268

/03

- Agosto 85 - Fechamento do acordo, definida a Reserva Indígena Pankararé, com a participação da FUNAI, INTERBA, MIRADE, Igreja, índios, posseiros, Sindicato e prefeitura de Glória.

No que diz respeito ao acordo, coube a FUNAI a demarcação, cercamento e indenização das benfeitorias dos posseiros existentes no interior da reserva.

- Outubro 85 - Índios derrubam o cercado de um posseiro, vizinho ao Terreiro Toré. A Funai, depois de violenta reação dos posseiros se compromete a pagar os prejuízos à dona do terreno.

- Dezembro 85 - Início dos trabalhos de demarcação pela FUNAI. Desacordo entre índios e posseiros quanto aos limites nos extremos com o povoado do Icó e Juá. Nova reunião com as partes envolvidas, quando se decide que os limites com o povoado do Icó, serão feitos por ARBITRAMENTO entre o INCRA, FUNAI e INTERBA.

Janeiro 86 - Conclusão dos trabalhos de campo, retorno da equipe da FUNAI à Brasília.

Fevereiro 86 - Posseiros não concordam com o arbitramento feito pela FUNAI e rompem com o acordo.

Março 86 - Revoltados pelo não pagamento da casa ocupada pelos índios em outubro de 85, os posseiros dirigem-se em comissão até a FUNAI, exigindo o pagamento. A FUNAI acena com o pagamento da benfeitoria, mas os posseiros não concordam com os termos do recibo proposto, visto que a área indenizada não é indígena, e sim convívio de índios e posseiros.

- O não cumprimento das decisões acordadas em agosto de 85, tem dado margem a reinterpretação e manobras por parte dos insatisfeitos com o referido acordo, além de criar junto a comunidade não índia do Brejo do Burgo, clima de insegurança e desconfiança quanto aos reais objetivos da FUNAI e por consequência, dos índios.

SITUAÇÃO TUXÁ

Retrospectiva:

Desde 1978, é público as dimensões do lago a ser formado pela Barragem de Itaparica, que inundará não só a área agrícola dos Tuxá, no Rio São Francisco, como também a área residencial, em seguimento da cidade de Rodelas-Ba.

O processo de reassentamento não caminhou o esperado e já causou uma cisão na aldeia. Parte do grupo aceitou proposta da Cia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) para se transferir para Ibotirama, bastante longe da atual aldeia. Outra parte do grupo optou por terras na mesma região, tendo indicado o Riacho do Bento, como alternativo.

A CHESF/ FUNAI ainda não tomaram as devidas providências para adquirir estas terras para os índios. Inicialmente, alegou-se que como parte do grupo se deslocou para Ibotirama, os 5.000 hc, reivindicados pelos Tuxá no Riacho do Bento, seriam demais, estando no momento promovendo estudos da área para definir juntos aos índios que vão permanecer na região, a área ideal para os mesmos.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
CIMI - REGIONAL NORDESTE.

Cx. Postal 13 - Paulo Afonso - BA - CEP. 48.600
TEL. (075) 281-1268

/04

Vale salientar que a transferência dos TUXÁ para esta nova área, implica na adequação de novas técnicas agrícolas, visto que os índios há muitos anos radicados em terrenos de aluvião, de alta fertilidade e deslocamento para uma região de caatinga, onde a fertilidade do solo é bem menor. Requer um projeto de irrigação e assistência, que pelo curto espaço de tempo disponível, nos parece que será altamente prejudicial aos índios.

A definitiva transferência dos TUXÁ, com a devida assistência, deve se dar o mais imediato possível, para diminuir o choque cultural, econômico e social que este grupo vai sofrer, com esta forçada transferência.

Jose Lino da Cunha Lima

Paulo Afonso, 4/04/86